

## CARTA À GOVERNADORA CIDA BORGHETTI

As entidades abaixo assinadas vêm a público manifestar-se publicamente, neste dia em que o governo do Estado do Paraná é transferido para a vice-governadora. Passados quase oito anos de mandato, o legado deixado pelo governador Beto Richa à população paranaense é o autoritarismo, a violência, o descumprimento de leis, a punição e perseguição aos(as) servidores(as) e movimentos sociais, a ausência de políticas públicas e sociais, em especial no atendimento às mulheres, populações negras e LGBT, além do aumento abusivo de impostos.

O melhor está por vir. Esta frase foi dita dezenas de vezes por Beto Richa na campanha de reeleição em 2014. No entanto, durante o segundo período de seu governo, percebeu-se um aguçamento das políticas liberais conservadoras, um conjunto de medidas e situações que prejudicou a população paranaense como um todo. A instalação de um governo ilegítimo e práticas de ruptura com o Estado Democrático de Direito no plano Federal só fizeram consolidar e legitimar estas mesmas práticas governamentais no Paraná.

Em relação ao tema das finanças e orçamento público, não se tem notícia na história do Paraná de tantos equívocos. Os sinais de deterioração das finanças do Estado foram observados ainda no primeiro mandato do ex-governador. No final de 2014 e início de 2015, foi efetivado um ajuste fiscal perverso que se deu pelo aumento de impostos, calote no reajuste salarial, alteração no regime de previdência dos(as) servidores(as). Além disso, vendeu-se patrimônio público. Foram vendidas ações da Sanepar e Copel.

Ainda, pesam sobre o governo de Beto Richa, denúncias de corrupção. Há investigações por envolvimento na Operação Quadro Negro, Publicano e, mais recentemente, na operação Integração, envolvendo desvios nas concessões de pedágios. Com a operação quadro negro constatou-se desvios de mais de 20 milhões de reais. Em relação à operação integração, estimativas apontam para o desvio de pelo menos R\$ 65 milhões. Em um dos casos, um estudo do DER sugeriu a redução tarifária no pedágio em 19% e, em contrapartida, firmou-se um aditivo em que a tarifa subiu 24%, segundo o Ministério Público Federal. Em alguns itens, o superfaturamento da concessionária chegou a 89%. No entanto, o maior escândalo está na operação publicano, onde estimativas dão conta que a Receita Estadual deixou de arrecadar R\$ 2,81 bilhões. Todos estes recursos desviados fazem falta no atendimento às demandas sociais da população paranaense.

Marcado também pela violência, Beto Richa e sua polícia não se omitiram em soltar o porrete, bombas e cachorros sobre os(as) servidores(as) e população em geral no dia 29 de abril de 2015 para reprimir uma manifestação legítima. Uma atrocidade sem limites, que deixou mais de 240 pessoas feridas. Profissionais da imprensa no exercício de suas atividades foram hostilizados pelas forças policiais. Violência de estado de exceção que ganhou manchetes do Brasil e do Mundo e que fará com que o ex-governador seja lembrado pelas próximas décadas. Nenhuma violência será por nós esquecida, para que seus(suas) algozes não passem impunes pela história. Assim como não passará impune a morte dos trabalhadores rurais Sem Terra em Quedas do Iguaçu, no acampamento Dom Tomás Balduino, quando Vilmar Bordim, 44 anos, e Leonir Orback, 25, foram atingidos por armas policiais. Assim como não nos calaremos em relação aos assassinatos de mulheres e meninas. Desde a aprovação da Lei do Feminicídio, durante o período do governo Richa foram 463 mortes e tentativa de assassinatos de mulheres e meninas, onde o desmonte das políticas de segurança dificulta a ação da polícia na investigação da criminalidade.

Operou-se, ainda, na lógica da violência moral e simbólica, perseguindo e punindo funcionários(as) públicos(as), pais, mães e estudantes com processos judiciais, de sindicância e administrativos e, quando não, desqualificou sindicatos e movimentos sociais. Atacou o legítimo e legal direito de participação em greves, atribuindo falta aos(as) servidores(as). Criminalizou a luta da classe trabalhadora, em especial com ataque sistemáticos ao serviço público e seus(suas) servidores(as) ao ponto de chamá-los(as) de privilegiados(as). Muitos(as) destes(as) servidores(as), em especial o que estão no poder executivo, recebem salário abaixo do Piso Salarial Regional do Paraná. Estes(as) servidores(as), da ativa e aposentados(as), estão há mais de dois anos sem recomposição salarial. As perdas salariais do funcionalismo público alcançarão em maio/2018 o índice de 12%.

**As entidades esperam que cesse a retirada de direitos e que se possa avançar nas pautas das diferentes categorias, que este governo esteja atento e seja cumpridor das demandas públicas de educação, saúde, terra, moradia, direitos humanos, de fomento da cultura da paz. Um governo que respeite os movimentos sindicais e sociais, o serviço público e seus(suas) servidores(as), que dialogue, escute e que se tenha um canal permanente de negociação.**

Queremos sim o melhor para o Paraná. Mas sabemos que isso só acontecerá com respeito ao Estado Democrático de Direito, onde as leis sejam cumpridas no sentido da melhoria das condições de vida da população parananense.

Curitiba, 6 de abril de 2018.